



ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 02.397.080/0001-96 | CVM nº 01936-4 | Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

DESTAQUES (R\$ MM)	4T24	4T23	Δ %	2024	2023	Δ %
Margem Bruta	41	46	(11%)	146	173	(16%)
EBITDA	26	29	(10%)	86	118	(27%)
Resultado Financeiro	(6)	(4)	50%	(22)	(18)	22%
Lucro Líquido	8	13	(38%)	17	58	(71%)

Indicadores Financeiros de Dívida¹	2024	2023	Varição²
Dívida Líquida³/EBITDA³	1,14	0,72	0,43

¹ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants
 ² Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
 ³ EBITDA 12 meses

Destques Financeiros e Operacionais:
 • Margem bruta de R\$ 41 milhões no 4T24 (-11% vs. 4T23) e R\$ 146 milhões em 2024 (-16% vs. 2023), devido ao menor preço médio de venda de energia.
 • EBITDA de R\$ 26 milhões no 4T24 (-10% vs. 4T23) e de R\$ 86 milhões em 2024 (-27% vs. 2023).
 • Disponibilidade de 96,45% no 4T24 (vs. 98,07% no 4T23) e de 97,79% em 2024 (vs. 96,89% em 2023), permanecendo acima da referência regulatória.
 • Geração de 272,1 GWh no 4T24 (+23% vs. 4T23) e 1.166,5 GWh em 2024 (+19% vs. 2023), por maior atuação no período.

MESSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Mesmo com um cenário macroeconômico e setorial desafiador, 2024 foi mais um ano de realizações importantes e resultados consistentes: a Neoenergia encerrou o ano com EBITDA de R\$ 12,5 bilhões e Lucro Líquido de R\$ 3,6 bilhões. Destaque mais uma vez para nossa disciplina de gastos, que manteve o crescimento de despesas operacionais em 6%, portanto em linha com a inflação no período e o aumento do portfólio de negócios.
 Mantivemos em 2024 nossa estratégia de crescimento sustentável, baseada em um plano de qualidade robusto e disciplina na alocação de capital: nossos investimentos totalizaram R\$ 9,8 bilhões, 10% acima do ano anterior, concentrados principalmente em redes de distribuição e transmissão.
 Em Distribuição, investimos mais de R\$ 5,5 bilhões, aumentando nossa base de ativos, com foco contínuo em um melhor serviço aos nossos 17 milhões de clientes e na maior resiliência de nossas redes. Anunciamos ainda um amplo e detalhado Plano de Investimentos até 2027 para nossas distribuidoras, reforçando nosso compromisso com nossos clientes e com a sociedade nas regiões onde atuamos. Sempre com o cliente no centro de nossas ações e a fim de melhorar ainda mais nosso atendimento, criamos em 2024 uma diretoria dedicada exclusivamente à Experiência do Cliente, inauguramos 37 novas lojas de atendimento presencial e fizemos melhorias em nosso APP, que agora centraliza em um único aplicativo cerca de 40 funcionalidades/serviços.
 Foi ainda um ano de avanços importantes em relação ao processo de Renovação das Concessões de Distribuição, com a aprovação em junho, pelo Presidente da República, de um Decreto autorizando a renovação antecipada e definindo as principais diretrizes do novo período de concessão e a abertura em outubro pela ANEEL da Consulta Pública sobre a minuta do contrato.
 Ainda no negócio de Distribuição, concluímos a Oferta Pública de Aquisição (OPA) das ações da Neoenergia Cosern na Bolsa de Valores (B3) e agora detemos 100% de participação acionária na Companhia, simplificando nossa estrutura societária e aumentando o investimento em uma distribuidora que é referência de mercado e que traz anualmente importantes resultados para o grupo, reforçando nosso compromisso em gerar valor para nossos acionistas.
 Em Transmissão, investimos R\$ 4,1 bilhões e entregamos os projetos de Itapapoana, Estreito e Paraisópolis, além de importantes trechos de Morro do Chapéu, Guanabara e Vale do Itajaí, adicionando cerca de R\$ 300 milhões de nova Receita Anual Permitida (RAP) e fechando o ano com R\$ 1 bilhão de RAP. Com isso, vamos nos encaminhando para o fim deste ciclo de investimentos em 2025, quando atingiremos cerca de R\$ 1,9 bilhão em RAP. Vale ressaltar ainda a disciplina de capital apresentada pelo Grupo nos leilões de transmissão promovidos em 2024.
 Em Renováveis, tivemos nosso primeiro ano cheio com todos os ativos em operação após o fim do ciclo de investimentos em eólica e solar, todos com índice de disponibilidade acima do planejado. Em Liberalizados, conseguimos antecipar em 21 meses o contrato oriundo do Leilão de Reserva de Capacidade da térmica a gás Neoenergia Termopernambuco, em mais uma operação que agrega valor para os nossos acionistas e que contribui para a estabilidade do sistema energético do país. Destacamos ainda que, a despeito de um cenário macro desafiador a partir do 2º semestre de 2024 no Brasil, a Neoenergia cumpriu seus objetivos e executou seu plano de investimentos preservando a robustez do Balanço Patrimonial e mantendo seu nível de alavancagem.
 Mantivemos nosso compromisso de avançar na gestão de aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG na sigla em inglês), mantendo o foco nas 30 metas que nos desafiamos a alcançar até 2030.

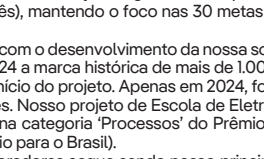
Cada vez mais comprometidos com o desenvolvimento da nossa sociedade e da equidade em nossa empresa, celebramos em 2024 a marca histórica de mais de 1.000 mulheres formadas em nossa Escola de Eletricistas desde o início do projeto. Apenas em 2024, foram mais 400 alunos formados, dos quais mais de 50% mulheres. Nosso projeto de Escola de Eletricistas foi inclusive reconhecido em 2024 com o primeiro lugar na categoria "Processos" do Prêmio ECO concedido pela Amcham (Câmara Americana de Comércio para o Brasil).
 A segurança dos nossos colaboradores segue sendo nosso principal pilar. Realizamos mais de 49 mil inspeções de campo (+1% vs. 2023) e 360 auditorias em contratadas (+32% vs. 2023). Além disso, reforçamos nosso Programa Comunidade Segura, que alcançou esse ano 124 milhões (+50% vs. 2023) de pessoas através de ações de comunicação com divulgações em TV, rádio e comunicação digital, além de alocarmos recursos de eficiência energética para iniciativas educacionais e culturais voltadas para crianças e adolescentes.
 Como sempre nossos colaboradores seguem sendo os protagonistas dos nossos resultados, reflexo de pessoas engajadas e de um ótimo ambiente de trabalho. Este ano, fomos reconhecidos pelo Great Place to Work como a melhor empresa do setor elétrico para se trabalhar e figuramos entre as Top 20 das melhores empresas para se trabalhar no Brasil. Fomos ainda reconhecidos como a maior empresa do setor de energia no Brasil no ranking Valor 1.000.
 Nosso desempenho sustentável nos mantém em importantes índices, como o ISE e o IDiversa, da B3, o que facilitou a contratação de R\$ 10,7 bilhões em linhas verdes ao longo de 2024, 87% do total dos financiamentos desembolsados. Permitte também que sigamos os dez princípios do Pacto Global, que versam sobre direitos humanos, direitos do trabalho, meio ambiente e anticorrupção, que orientam nossas atividades.

Por fim agradeço a nossos colaboradores pela dedicação ao longo do ano e a todos os nossos acionistas pela confiança. Reforçamos nosso compromisso em seguir investindo, com foco em rentabilidade e eficiência, na melhoria contínua de nossos ativos e da qualidade dos serviços que prestamos aos nossos clientes, com o olhar atento para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atuamos.

Eduardo Capelastegui
CEO Neoenergia

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGrama SOCIETÁRIO

A Itapebi foi constituída em fevereiro de 1998 com o objetivo de construir e operar a Usina Hidrelétrica de Itapebi, localizada no Rio Jequitinhonha, município de Itapebi, divisa entre os Estados da Bahia (BA) e de Minas Gerais (MG).
 Sua capacidade instalada é de 462 MW, conforme Despacho ANEEL nº 3.095 de 04 de outubro de 2012 e sua Garantia Física é de 2021 MWm. A Companhia negocia toda a sua energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL, por meio de um contrato de compra e venda de energia firmado com a NC Energia SA, comercializadora do Grupo.
 A Neoenergia possui 100% da participação acionária de Itapebi, conforme estrutura societária abaixo:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2024, as projeções indicavam um cenário de desaceleração do crescimento nas principais economias do mundo e de normalização da inflação, permitindo a adoção de políticas monetárias menos restritivas pelos bancos centrais.
 No entanto, no primeiro semestre de 2024, as economias internacionais e o Brasil continuaram enfrentando desafios inflacionários. Nos Estados Unidos, a economia manteve um crescimento moderado com um mercado de trabalho aquecido, levando o Federal Reserve (FED) a acilar o início da redução das taxas de juros, mantendo-as estáveis entre 5,25% e 5,50%. No Brasil, a volatilidade cambial e a deterioração na percepção de disciplina fiscal resultaram na interrupção do ciclo de cortes de juros em junho de 2024, com a Selic a 10,50%.
 No segundo semestre de 2024, os Estados Unidos iniciaram seu ciclo de cortes de juros, encerrando o ano na faixa de 4,25% a 4,50%. Apesar desse movimento, o FED adotou um discurso mais cauteloso em relação à inflação e ao crescimento econômico americano.
 No Brasil, por outro lado, o Banco Central retomou o ciclo de alta dos juros, com a Selic encerrando 2024 em 12,25%. Esse movimento foi acompanhado por uma acentuada desvalorização do real em relação ao dólar (-21,82%), resultando no pior desempenho anual desde 2020.
 Entre as variáveis macroeconômicas, a inflação medida pelo IPCA encerrou 2024 com alta acumulada de 4,83%, acima do meta do Banco Central. A projeção de crescimento do PIB para 2024 atingiu 3,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as expectativas do início do ano, de 2,0%.

As despesas investidas em 2024 com uma retração de 10,36%, refletindo a combinação do cenário macroeconômico e mais desafiador do país. Diante desse cenário, investidores estrangeiros retiraram R\$ 2,2 bilhões da B3 em 2024, maior volume de saques em 9 anos.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

Aprovação do Projeto Básico de ampliação da UHE Itapebi – Leilão de Reserva de Capacidade
 Em março/24, foi enviada para avaliação da ANEEL a revisão do projeto básico da ampliação da UHE Itapebi para fins de participação no Leilão de Reserva de Capacidade - 2025. A referida ampliação considera a instalação de 2 unidades geradoras adicionais de 15 MW cada.
 Em novembro/24, foi publicado o Despacho ANEEL nº 3.456/2024, que aprovou a revisão do projeto básico da ampliação da UHE Itapebi por meio da emissão do Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Itapebi apresentou índice de disponibilidade de 96,45% no 4T24, abaixo do registrado no 4T23 (98,07%), em razão das manutenções programadas ocorridas no trimestre. A média de disponibilidade dos últimos 60 meses de operação foi de 96,60%, permanecendo acima da referência regulatória. A usina gerou 272,1 GWh no 4T24 (+23% vs. 4T23) e 1.166,5 GWh em 2024 (+19% vs. 2023), em razão da maior afilência no período.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

DRE (R\$ MM)	4T24	4T23	Varição R\$	2024	2023	Varição R\$
Receita Líquida	47	52	(5)	182	209	(27)
Custos com Energia	(6)	(6)	-	(36)	(36)	-
MARGEM BRUTA	41	46	(5)	146	173	(27)
Despesa Operacional	(15)	(17)	2	(60)	(55)	(5)
EBITDA	26	29	(3)	86	118	(32)
Depreciação	(1)	(1)	-	(43)	(39)	(4)
Resultado Financeiro	(6)	(4)	(2)	(22)	(18)	(4)
IR/CS	(2)	(1)	(1)	100%	(4)	(3)
LUCRO LÍQUIDO	8	13	(5)	17	58	(41)

Itapebi apresentou margem bruta de R\$ 41 milhões no 4T24 (-11% vs. 4T23) e de R\$ 146 milhões em 2024 (-16% vs. 2023), devido ao menor preço médio dos contratos de venda de energia no período. As despesas operacionais somaram R\$ 15 milhões no 4T24 (-12% vs. 4T23) e R\$ 60 milhões em 2024, +9% vs. 2023.
 Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA totalizou R\$ 26 milhões no 4T24 (-10% vs. 4T23) e +R\$ 86 milhões em 2024 (-27% vs. 2023).

O lucro líquido foi de R\$ 8 milhões no 4T24 (-38% vs. 4T23) e de R\$ 17 milhões em 2024 (-71% vs. 2023).

6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo à Resolução CVM nº 156/22, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA), e complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T24	4T23	Varição R\$	%	2024	2023	Varição R\$	%
Lucro líquido do período (A)	8	13	(5)	(38%)	17	58	(41)	(71%)
Despesas financeiras (B)	(8)	(4)	(4)	100%	(26)	(13)	(13)	100%
Receitas financeiras (C)	2	2	-	-	7	4	3	75%
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	0	(2)	2	N/A	(3)	(9)	6	(67%)
Imposto de renda e contribuição social (E)	(2)	(1)	(1)	100%	(4)	(3)	(1)	33%
Depreciação e Amortização (F)	(1)	(1)	-	-	(43)	(39)	(4)	10%
EBITDA = A - (B + C + D + E + F)	26	29	(3)	(10%)	86	118	(32)	(27%)

7. RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (R\$MM)	4T24	4T23	Varição R\$	%	2024	2023	Varição R\$	%
Renda de aplicações financeiras	1,4	1,5	(0,1)	(7%)	6,7	4,3	2,4	56%
Encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos de dívida	(4,5)	(3,0)	(1,5)	50%	(18,0)	(13,3)	(4,7)	35%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(2,6)	(2,8)	0,2	(7%)	(10,7)	(8,9)	(1,8)	20%
Variações monetárias e cambiais	0,2	-	0,2	-	0,1	0,4	(0,3)	(75%)
Atualização provisão para contingências/Depósitos judiciais	(0,7)	(0,7)	-	-	(3,0)	(3,6)	0,6	(17%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(2,1)	(2,1)	-	-	(7,7)	(5,7)	(2,0)	35%
Total	(5,7)	(4,3)	(1,4)	33%	(22,0)	(17,9)	(4,1)	23%

O resultado financeiro foi de -R\$ 5,7 milhões no 4T24 (vs. -R\$ 4,3 milhões no 4T23), e R\$ 22 milhões em 2024 (vs. -R\$ 17,9 milhões em 2023), explicado pelo pagamento de encargos decorrentes da 6ª emissão de Debêntures da Companhia, ocorrida no 1T24.

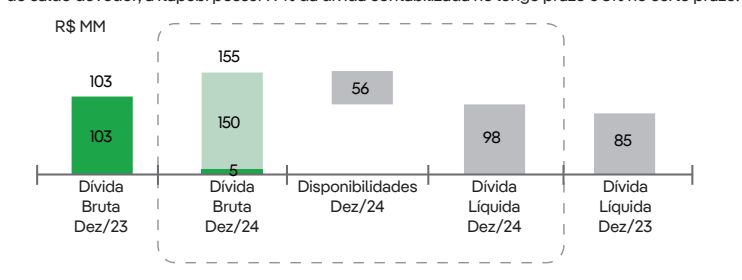
8. INVESTIMENTOS

Os investimentos em Itapebi somaram R\$ 28 milhões em 2024, 8% acima do realizado em 2023, devido aos projetos de modernização e revitalização da usina realizados no 2S24.

9. ENDIVIDAMENTO

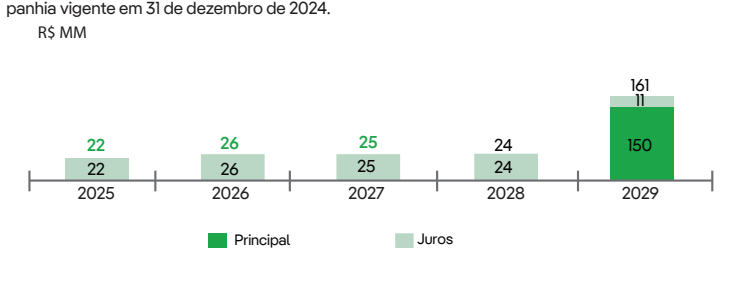
9.1. Posição de Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida líquida da Companhia, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 98 milhões (dívida bruta de R\$ 155 milhões), apresentando crescimento de 15% (R\$ 13 milhões), quando comparada a dezembro de 2023. Em relação a segregação do saldo devedor, a Itapebi possui 97% da dívida contabilizada no longo prazo e 3% no curto prazo.



9.2. Cronograma de amortização das dívidas

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2024.



10. OUTROS TEMAS

10.1. Práticas de Gestão

10.1.1. Remuneração de Acionistas

A Itapebi possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. A Companhia ainda poderá realizar o pagamento de dividendos adicionais, acima da remuneração mínima, mediante deliberação do Conselho de Administração, conforme Política de Distribuição de Dividendos disponível no site da Neoenergia (<https://www.neoenergia.com/politicass-governanca-corporativa>).
 Em 2024, a Companhia deliberou os seguintes proventos:
 1) Dividendos de R\$ 20,011 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril de 2024 e pagos em 22 de maio de 2024;
 2) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 7.263 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 28 de junho de 2024 e pagos em 21 de novembro de 2024.
 A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2024 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025.

10.1.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicada a todas as empresas do grupo. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo. A estrutura societária e de governança do grupo Neoenergia, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.
 O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Itapebi reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Itapebi.
 O Sistema de Governança e Sustentabilidade, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.
 A estrutura de governança é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, responsáveis pela tomada de decisão da Companhia, conforme abaixo.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por quatro representantes titulares, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho de Administração incluem a orientação geral dos negócios da Companhia e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes do Conselho se reúnem extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria dos membros.
Diretoria
 Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Conselho Fiscal

Com função independente, quando instalado, é composto por três membros titulares e igual número de suplentes. O Conselho Fiscal não funciona em caráter permanente e se instala a pedido de acionistas, sempre que necessário. Atualmente, não há Conselho Fiscal instalado.
 Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho/execução dos controles e (ii) certificação das informações. A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executados da forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

10.1.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Gestão de Pessoas que define como atraímos, desenvolvemos e fidelizamos profissionais talentosos. Nosso objetivo é fomentar o bem-estar físico, mental e emocional das equipes mediante o seu crescimento pessoal e profissional. Assim, buscamos que as pessoas participem do projeto de êxito empresarial do Grupo, garantindo um posto de trabalho digno e estável, em um ambiente diversificado e inclusivo.
 A visão de Treinamento e Desenvolvimento é considerada fundamental para o sucesso da Neoenergia, pois impacta diretamente no desempenho e resultado dos negócios. A empresa desenvolve diversos programas para melhorar a qualificação técnica de seus profissionais de forma a torná-los aptos para o desempenho de suas funções e contribuir para o fomento de uma cultura de desenvolvimento, criação de valor e melhoria contínua, permitindo aos seus colaboradores assumirem protagonismo em seu desenvolvimento e crescimento de carreira.
 Em 2024, além dos programas direcionados a talentos e sucessores, investimos na formação de 100% de nossos líderes e colaboradores, focando no fortalecimento da nossa Cultura e da Centralidade no Cliente, competência estratégica e prioritária para a Neoenergia. Também realizamos formações para reciclagem de competências e atualizações obrigatórias para todos os níveis. Nosso objetivo é realizar negócios com competência, garantindo resultados sustentáveis por meio do desenvolvimento contínuo de nossas pessoas.
 Sobre o tema diversidade, em 2024, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:

- **Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho**: como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;
- **Conteúdos de diversidade e inclusão**: foram mais de 5 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluem antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBTQI, luta da pessoa com deficiência e outros;
- **Vilações Juntos**: rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTQI no ambiente de trabalho, maternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBTQI, pessoas 45+ são alguns dos temas tratados;
- **Escola de Eletricistas**: iniciativa para criar oportunidades de capacitação profissional gratuita, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras;
- **Potencialize**: programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras;
- **Herenergy**: programa global de desenvolvimento de mulheres para cargos de superintendência e diretoria;

• **Formação administrativa de pessoas com deficiência**: programa de qualificação profissional para pessoas com deficiência em parceria com o Senai. Os formados entram no banco de talentos da Neoenergia para futuras contratações;

• **Programa de acolhimento de colaboradoras em situação de violência contra a mulher**: iniciativa oferece suporte como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas. Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia. Entre 2019 e 2022, formamos turmas exclusivas para mulheres, visando fomentar a participação feminina no mercado de eletricistas. A partir de 2023, com a participação espontânea de mulheres nas turmas mistas, reduziu-se o número de turmas dedicadas exclusivamente a elas.
 A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPEs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da União Europeia para estimular boas práticas das empresas. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 10% do nosso quadro de eletricistas contra 5,6% em 2022 e 8,4% em 2023, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

Em 2024, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No ano, foram registradas 4.208 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações em 2025 e 4.700 em 2030. Além das ações previstas no cronograma anual do voluntariado corporativo, a Neoenergia demonstrou solidariedade e apoio às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, com a participação de 1.194 doadores, entre colaboradores e familiares, a campanha arrecadou um total de R\$ 113 mil. Com a contrapartida do Instituto Neoenergia, o valor total doado chegou a R\$ 227 mil. Este esforço coletivo foi fundamental para fornecer assistência e recursos às comunidades afetadas, evidenciando o espírito de união e responsabilidade social da equipe Neoenergia.

Algumas ações de 2024 que foram destaques:
 • **Eu cuido do meu quadrado**: os voluntários e suas famílias fizeram ações de limpeza nas proximidades de casa e do trabalho, recolhendo mais de 387 quilos de lixo das ruas;
 • **Ensinando Profissões**: palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para jovens. Aconteceu em cinco estados impactando mais de 500 pessoas;
 • **Campanha de doação de roupas**: arrecadação de mais de 28.281 mil peças para 80 instituições beneficenteadas;

• **Operação quilô**: doação de mais de 42,5 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 130 ONGs beneficenteadas;
 • **Árvore da Solidariedade**: a tradicional campanha de Natal aconteceu na Bahia, no Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, em Pernambuco e São Paulo;
 • **Gincana da Solidariedade**: nossos voluntários conseguiram arrecadar mais de 23 mil itens de higiene, beneficiando mais de 5,3 mil pessoas direta e indiretamente.

• **Operação quilô**: doação de mais de 42,5 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 130 ONGs beneficenteadas;
 • **Árvore da Solidariedade**: a tradicional campanha de Natal aconteceu na Bahia, no Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, em Pernambuco e São Paulo;
 • **Gincana da Solidariedade**: nossos voluntários conseguiram arrecadar mais de 23 mil itens de higiene, beneficiando mais de 5,3 mil pessoas direta e indiretamente.

11. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

11.1. ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de valor para todos os seus públicos de relacionamento, gerando dividendo social e oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.
 O compromisso do grupo com a agenda ESG está formalizado em seu Sistema de Governança Corporativa e Sustentabilidade, alinhado aos 10 Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).
 A empresa concentra esforços nos ODS mais relevantes para o seu modelo de negócio: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). E mantém, ainda, compromisso com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17). Esse compromisso é materializado com a publicação de 30 Metas ESG a serem alcançadas em 2025 e 2030, que são acompanhadas e divulgadas trimestralmente. Na tabela abaixo, apresentamos os resultados alcançados em 2024:

Metas ESG	Parâmetros	2024 Real	2025 Meta	2030 Meta
Emissões	Emissões de gCO2/kWh na geração (escopo 1)	4	36	20
Digitalização de redes	% redes de Alta Tensão e Média Tensão digitalizadas	80%	83%	90%
Eletrificação da frota	% de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	14%	13%	50%
Frota de veículos leves sustentável	% sobre a frota total de veículos leves (flex, híbrido ou elétrico)	99%	99%	100%
Capacidade instalada de água de reuso	Milhões de litros	8,3	7,5	10
A				



- **Tecnologias disruptivas** cada vez mais eficientes, sustentáveis e ecologicamente corretas que otimizam o funcionamento de instalações e processos;
- **Novos produtos e serviços** competitivos que respondem às necessidades dos clientes, com maior personalização de conteúdo e ofertas;
- **Digitalização e automação** em todos os negócios e processos com a utilização de tecnologias como, internet das coisas (IoT), realidade virtual e aumentada, *big data*, inteligência artificial, *machine learning* e ferramentas de fácil uso como Power BI, Power Apps e Power Query;
- **Inovação com startups**, empreendedores e fornecedores com o objetivo de desenvolver novos modelos de negócio e impulsionar inovações incrementais à disruptivas;
- **Cultura de inovação e talento** como base para os pilares de transformação da organização.

A governança da inovação tem o apoio da plataforma colaborativa Go In, que busca soluções promissoras para os nossos negócios e para o setor elétrico como um todo. Por meio dessa plataforma, realizamos em 2024 a segunda chamada do Programa Inovamos – Jornada Neoenergia de Criação de Valor, a qual recebeu mais de 900 ideias, das quais, mais de 270 se tornaram projetos que impulsionarão a nossa evolução contínua.

Em 2024, investimos um total de R\$ 184,1 milhões em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI). Este montante é constituído pelos investimentos em inovação realizados pelas áreas de negócio da Neoenergia e pelos investimentos no escopo do programa de PDI regulado pela Aneel, no qual destinamos anualmente 0,5% da receita operacional líquida (ROL) das nossas distribuidoras e 1% da ROL das nossas empresas de geração e transmissão, seguindo o que é estabelecido Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, e regulamentos do PDI Aneel.

Os projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação regulado pela Aneel reuniram, nos últimos anos, mais de 1,4 mil pesquisadores e cerca de 70 parceiros tecnológicos entre institutos de ciência e tecnologia, universidades, indústrias, *startups* e empresas de base tecnológica.

Em 2024, inauguramos o Laboratório de Interoperabilidade e Conectividade – Multiprotocolos, em parceria com a Lactec. Esse centro de excelência é dedicado a testes em medidores digitais de energia, desempenhando um papel fundamental para garantir uma comunicação padronizada entre equipamentos de diversos fabricantes. A interoperabilidade de comunicação fortalece a expansão eficiente das redes digitais no Brasil. Outro destaque foi o lançamento do Programa Neoenergia Talentos do Futuro, realizando edições no Rio de Janeiro e em Salvador, envolvendo 43 cursos de graduação de 37 instituições universitárias em busca de soluções inovadoras para desafios relevantes do setor elétrico.

Como resultado de nossa atuação, recebemos reconhecimentos das principais premiações de inovação do Brasil, tais quais o prêmio Valor Inovação, figurando entre as 3 empresas mais inovadoras do setor elétrico; o TOP 100 Open Corps, sendo reconhecida como uma das 3 empresas do setor que mais inovam com *startups*; e o principal troféu na 48ª edição do Circuito Nacional do Setor Elétrico (Cinase) 2024, pelo projeto Subestação Subterrânea Hermética, que levou também prêmio na categoria Instalações Elétricas. Conquistamos ainda prêmios nas categorias Pesquisa e Desenvolvimento, com o projeto Godet Multitlink; e Energias Renováveis, com Hidrogênio Verde.

11.3. Educação e Cultura

Com o Programa Saúde, Educação e Renda (SER), atuamos em pilares que impactam diretamente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das regiões dos parques eólicos Lagesas, Camos e Catango localizados nos estados de Rio Grande do Norte e da Paraíba, e da linha de transmissão Potiguar Sul, que cruza os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, atendendo aos três eixos do Índice e que também representam os temas que formam a sigla do projeto. O Programa foi finalizado em 2024, porém estava em atividade desde 2020, com recursos do subordeto social do BNDES e cuja execução parava em loco se dá através da Agência de Desenvolvimento Econômico Local. Ao longo dos anos, o Programa SER impactou 269 famílias e líderes comunitários em acesso e gestão de recursos hídricos, beneficiou 412 agricultores familiares no desenvolvimento de cadeias produtivas, e proporcionou a 70 jovens o acompanhamento de seus negócios rurais, incluindo acesso a microcrédito para impulsionar seus empreendimentos. Considerando pessoas impactadas indiretamente, temos 2.355 pessoas beneficiadas. Durante os quatro anos do Programa SER grandes marcos quantitativos são: 1.067 oficinas e capacitações realizadas e 58 construções / revitalizações da infraestrutura física local feitas.

O Programa Energia decorre de uma parceria, desde 2023, com a Rede Muda Mundo, por meio de ações de Investimento Social Privado, para beneficiar comunidades rurais residentes no entorno dos empreendimentos da Neoenergia. Em 2024, inspirado no Programa SER, houve uma reformulação do escopo das ações, a fim de gerar benefícios mais estruturantes e com atividades permanentes ao longo do ano. O programa, anteriormente denominado Transforma Comunidade, foi então rebatizado de Programa Energia. Durante 2024, foram realizados cursos e ações focados nos pilares do IDH em três em centros urbanos e três no interior dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, além de ações de saúde física e mental, cursos de alfabetização para muhe-

res em situação de vulnerabilidade, de redação para adolescentes como preparatório para o ENEM e de empreendedorismo variados. A iniciativa envolveu ativamente 648 beneficiados por meio dos 28 cursos e ações fornecidas.

A Neoenergia realizou sua 2ª edição do Programa Neoenergia Talentos do Futuro na Bahia, desta vez em parceria com a Rede Muda Mundo e o SENAI CIMATEC. Como diferencial desta 2ª edição, realizamos um *ledeathon* com o foco maior em solução de problemas sociais comuns à Neoenergia e seus clientes, buscando propostas de ação de melhoria em Eficiência Energética e Saúde e Segurança. O Programa contou com 31 estudantes universitários inscritos e 5 propostas de ideias apresentadas.

A Neoenergia também atua em diversos projetos com comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, e projetos de educação ambiental nas áreas de atuação de seus negócios de geração, transmissão e distribuição.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

- Programa de Editais Transformando Energia em Cultura, se consolidando como um dos maiores editais de cultura do Brasil, abrangendo Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo e Distrito Federal, dirigidos para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira e contribuindo com os ODS 4, 8, 11 e 17.

4ª edição do Prêmio Inspira, dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas, 13 delas selecionadas por votação popular e três por mérito cultural, contemplou todas as áreas de concessão da Neoenergia e recebeu 146 inscrições em 2024;

• Apoio a nove projetos pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) em 2024: o terceiro projeto que integra o Resgatando a História, maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil, idealizado pelo BNDES, requalificando 14 casas de cultura popular localizadas no interior do Rio Grande do Norte; a primeira edição do projeto Conectar Cultural, dirigido para grupos de cultura popular do Recôncavo Baiano; a formação de trabalhadores da cultura por meio da Caravana Energia da Cultura em diversos territórios da Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Norte e São Paulo; a realização de piloto interiorização Cultural na Bahia, apoiando os projetos Festival de Lençóis, Festival Siribação, João de Barro, Festival Caju de Leitores e Festival da Mocidade de Alagoinhas; e foi a primeira organização a participar do Programa Emergencial Rouanet RS, realizado em parceria com o Ministério da Cultura, patrocinando as atividades do Museu do Hip Hop como parte das ações de ajuda humanitária para reconstrução do estado.

• Oficinas Culturais e Artísticas (OCA), desenvolvida com recursos do Programa de Ação Cultural, impactou cerca de 371 jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social, das cidades de Araras, Atibaia, Iha Solteira, Mongaguá e Votuporanga, no estado de São Paulo. Com ações de formação nos campos da economia criativa – design de moda e de produto, marcenaria e artesanato e produção audiovisual, o projeto promoveu possibilidades de geração de trabalho e renda.

11.4. Instituto Neoenergia

O Instituto Neoenergia integra o Investimento Social Privado da companhia e promove ações que fomentam a transformação das pessoas e do planeta nas regiões onde a Neoenergia opera seus negócios. Por meio do desenvolvimento de programas e projetos próprios, além do apoio à iniciativas com uso de leis de incentivo, o Instituto contribui com o desenvolvimento sustentável no Brasil, enfrentando desafios relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais. O trabalho desenvolvido com foco na redução das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como no combate às mudanças climáticas e pela conservação da biodiversidade, por meio de cinco pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional.

Impactar positivamente a sociedade, criando um legado de sustentabilidade, em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, é o principal objetivo do Instituto.

Desde 2023, o Instituto contribui diretamente com uma das metas ESG assumidas pela Neoenergia até 2030 no escopo social, para ampliar o alcance de 109 mil beneficiários em 2021 para 280 mil até 2025 e 412 mil até 2030. Com foco nessas novas metas, sua metodologia de mensuração de resultados e cálculo de beneficiários foi consolidada, além do aperfeiçoamento dos termos de parceria e cooperação com organizações parceiras.

No ano de 2024, o Instituto desenvolveu ou apoiou 69 programas e projetos sociais de impacto, sendo 21 próprios e 48 em acompanhamento por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto “NAP” de cultura e esporte. Houve o crescimento de 23% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2023, por meio da utilização de sete leis de incentivo. Outro marco do Instituto Neoenergia em 2024, foi a sétima edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Convento Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (SP) com a realização da ação de educação patrimonial com escolas públicas, intervenção cultural e o projeto lumino-técnico ecoeficiente que destaca os elementos arquitetônicos das edificações históricas, parte do

programa.

Ainda em 2024, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus habitats, na região da Baía Potiguar/RN, obteve um reconhecimento internacional de 8.500 hectares - Sítio WHSRN (*Western Hemisphere Shorebird Reserve Network*), trazendo um grande marco para a conservação e preservação dessas espécies. As reservas da Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas (WHSRN) são essenciais para a sobrevivência de aves migratórias.

11.5. Pesquisa e Desenvolvimento

Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) da Itapebi: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que trazem impactos positivos para os negócios, meio ambiente e aos clientes.

Em 2024, foram investidos R\$ 2,08 milhões no Programa de PDI da Itapebi. Seguem os destaques dos projetos de PDI:

- (i) **Mexilhão Dourado**, que desenvolve tecnologia para controle populacional do mexilhão dourado presente em reservatórios de usinas hidrelétricas;
- (ii) **Hidrogênio Verde**, que implantará uma solução de produção local de hidrogênio verde a partir de energia solar fotovoltaica, destinada ao abastecimento veicular.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2023, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tomhatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”) firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 meses.

Em 2024, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante de R\$ 188.267, dos quais 181.156 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 7.111 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como Relatório de Controle Patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13. BALANÇO SOCIAL

Nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança é relatado anualmente desde 2004. Adotamos desde 2010 as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e, a partir de 2020, passamos a considerar os padrões do *Sustainability Standards Board* (SASB) para o setor elétrico e as recomendações do *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI). Em 2021, adotamos as recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosure* (TCFD), ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a nossos compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado no site da companhia (www.neoenergia.com) e o documento referente ao ano de 2024 será publicado até 31 de março de 2025.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela ITAPEBI Geração de Energia S.A. (“ITAPEBI”), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da ITAPEBI e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da ITAPEBI.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da ITAPEBI sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual. Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (rneoenergia.com).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2024	2023
Receita operacional, líquida	3	182.418	208.639
Custos		(90.670)	(88.235)
Custos com energia elétrica	4	(36.253)	(35.541)
Custos de operação	5	(54.417)	(52.694)
Lucro bruto		91.748	120.404
Outras despesas gerais e administrativas	5	(48.607)	(41.058)
Lucro operacional		43.141	79.346
Resultado financeiro	6	(21.982)	(17.864)
Receitas financeiras		6.952	3.747
Despesas financeiras		(26.329)	(12.647)
Outros resultados financeiros, líquidos		(2.605)	(8.964)
Lucro antes dos tributos		21.159	61.482
Tributos sobre o lucro	7.11	(3.769)	(3.585)
Corrente		(7.586)	(5.417)
Diferido		3.817	1.832
Lucro líquido do exercício		17.390	57.897
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:	16.2	0,20	0,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	17.390	57.897
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	1.237	3.916
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(421)	(1.531)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	816	2.585
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	816	2.585
Resultado abrangente do exercício	18.206	60.482

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de Capital			Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital Social	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Outros resultados abrangentes	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	202.525	390.128	36.992	(816)	7.667	40.224	20.011	696.731
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	17.390	-	17.390
Aprovação de dividendos adicionais (16.2.b)	-	-	-	-	-	-	(20.011)	(20.011)
Outros resultados abrangentes (nota 16.3)	-	-	-	816	-	-	-	816
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reservas de lucros (nota 16.2.b)	-	-	-	-	-	5.439	-	(5.439)
Remuneração aos acionistas (16.2.b)	-	-	-	-	-	-	4.688	(4.688)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	202.525	390.128	36.992	(816)	7.667	45.663	4.688	687.663
Saldos em 31 de dezembro de 2022	202.525	18.182	36.992	(3.401)	7.667	28.747	32.344	323.056
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	57.987	-	57.987
Aprovação de dividendos adicionais (16.2.b)	-	-	-	-	-	-	(32.344)	(32.344)
Outros resultados abrangentes (nota 16.3)	-	-	-	2.585	-	-	-	2.585
Operações de cisão (16.4.1)	-	371.947	-	-	-	-	-	371.947
Destinação do lucro líquido:								
Constituição de reservas de lucros (nota 16.2.b)	-	-	-	-	-	11.477	-	(11.477)
Remuneração aos acionistas (nota 16.2.b)	-	-	-	-	-	-	20.011	(26.409)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	202.525	390.128	36.992	(816)	7.667	40.224	20.011	696.731

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. (“ITAPEBI” ou “Companhia”) é uma empresa do Grupo Neoenergia localizada no município de Itapebi, no estado da Bahia, detentora da concessão federal para construir e explorar a Usina Hidrelétrica de Itapebi, tendo firmado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público, em 1999, para exploração da referida área, com vigência até maio de 2039. A Companhia mantém transações relevantes com empresas do grupo Neoenergia e segue o plano de negócios da controladora final Neoenergia S.A. na condução de suas operações, onde sua receita de fornecimento de energia é integralmente oriunda de transações com a comercializadora do grupo com contrato vigente até dezembro de 2025. **1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais:** As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A em abril de 2024, compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Neoenergia S.A. é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1 Gestão de riscos financeiros e de mercado:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: - Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*; - O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; - Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; - Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; - A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos “exóticos” nem “alavancados”. A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, ao CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas, ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxas de juros e índices de preços: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas mercado e o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. (ii) Risco de *Commodities*: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. *Commodities* metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. *Commodities* energéticas: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta e recursos, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na cobertura de posições compradas e vendidas em aberto e lastrado da energia comercializada. **b) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 13). Adicionalmente, a Companhia monitora mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro 2024, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de

caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 13). **c) Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. **d) Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou “não performance” de contrapartes. (i) Risco de crédito de contrapartes comerciais: O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. (ii) Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências *Moody's*, *S&P* ou *Fitch* em 31 de dezembro 2024.

	Moody's	S&P	Fitch
Ratings de longo prazo em escala nacional			
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	AAA	AAA
Santander	AAA	AAA	AAA

1.1.2 Gestão de Riscos Operacionais: a) Risco regulatório: Os riscos regul



b) Risco de hidrológico: A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições hidrológicas dos reservatórios, impactado por questões climáticas. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN. Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de risco hidrológico. **c) Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância	Segurada
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	506.593	
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2024 a 31/05/2025	36.000	
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2024 a 31/05/2025	100.000	
Veículos - Executivo	31/05/2024 a 31/05/2026	100% FIFE	
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	2.100.000	
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000	
Equipamento	30/06/2024 a 30/06/2025		Valor equipamento
Empresarial	31/05/2024 a 31/05/2025	71.159	

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards (IFRS Accounting)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2025. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas às notas 2.5, **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.4	Tributos sobre o lucro diferidos
9.1	Perdas de crédito esperadas
10.1	Imobilizado
13.3	Instrumentos financeiros derivativos
15.3	Provisões

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **(a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Se o passivo o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos dois meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo – que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda – e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (<i>Reverse factoring</i>), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado.	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. **(b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a divergência de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ("ASG" ou "ESG").	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtópicos darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e guardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Fornecimento de energia	201.205	231.896
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	11.834	8.541
Receita operacional bruta	213.039	240.437
(i) Pis e Cofins	(19.075)	(21.818)
Outros encargos ⁽¹⁾	(11.546)	(9.580)
Receita operacional, líquida	182.418	208.639

(1) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSE) e Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH). **3.1 Política contábil e julgamento crítico:** a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factor* ("GSF") de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operadora Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2024	2023
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL	(642)	(5.975)
Energia curto prazo – PLD e MRE ⁽¹⁾	(9.171)	(5.695)
Outros	(170)	(149)
Subtotal	(9.983)	(11.819)
Créditos PIS e COFINS	56	516
Total	(9.927)	(11.303)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(28.864)	(26.627)
Subtotal	(28.864)	(26.627)
Créditos de PIS e COFINS	2.538	2.389
Total	(26.326)	(24.238)
Total dos custos com energia elétrica	(36.253)	(35.541)

(1) PLD – Preço de Liquidação de Diferenças e MRE – Mecanismo de Realocação de Energia.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2024	2023
Outras receitas		
Custos de (despesas) gerais operação e administrativas	(2.460)	(29.637)
Pessoal e benefícios a empregados (nota 5.1)	(7.377)	(9.559)
Serviços de terceiros (nota 5.2)	(39.091)	(5.698)
Depreciação e amortização	(5.489)	(5.715)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(54.417)	(48.607)
Total	(69.334)	(98.616)

	2024	2023
Outras receitas		
Custos de (despesas) gerais operação e administrativas	(2.055)	(23.905)
Pessoal e benefícios a empregados (nota 5.1)	(9.406)	(10.901)
Serviços de terceiros (nota 5.2)	(38.864)	(3.073)
Depreciação e amortização	(5.369)	(3.179)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽¹⁾	(52.694)	(41.058)
Total	(93.289)	(81.056)

(1) Refere-se a seguros, materiais, viagens a serviço, arrendamentos entre outros

	2024	2023
5.1 Pessoal e benefícios a empregados		
Remunerações	(16.459)	(13.156)
Encargos sociais	(6.157)	(4.472)
Auxílio alimentação	(1.006)	(1.506)
Convênio assistencial e outros benefícios	(810)	(1.139)
Rescisões	208	(823)
Provisão para férias e 13º salário	(2.741)	(2.167)
Plano de saúde	(1.450)	(1.260)
Participação nos resultados	(4.419)	(1.221)
(-) Transferências para ordens	1.755	575
Outros	(418)	(791)
Total	(32.097)	(25.960)

	2024	2023
5.2 Serviços de terceiros		
Serviços técnicos e manutenções	(7.400)	(9.559)
Serviços gerais – Pessoa Jurídica	(2.467)	(2.811)
Tecnologia da informação	(639)	(610)
Serviços jurídicos	(1.314)	(1.165)
Consultoria e auditoria	(809)	(1.221)
Comunicação	(138)	-
Uso da marca	(136)	(1.558)
Vigilância	(656)	(632)
Outros serviços	(2.436)	(2.989)
Subtotal	(17.175)	(20.545)
Crédito PIS e COFINS	232	236
Total	(16.943)	(20.309)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Resultados financeiros		
Renda de aplicações financeiras	6.682	4.317
(-) Tributos sobre receita financeira	(353)	(226)
Outras receitas financeiras ⁽¹⁾	623	(344)
Total	6.952	3.747

	2024	2023
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽²⁾	(15.084)	(3.890)
Atualização de provisões para processos judiciais e provisões ambientais	(3.518)	(3.274)
Fee de garantia	(1.462)	(1.007)
Taxas	(5.038)	(3.272)
Tributos	(463)	(888)
Outras despesas financeiras ⁽³⁾	(764)	(316)
Total	(26.329)	(12.647)

	2024	2023
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	(8.472)	(14.046)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	790	23.692
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(1.254)	(29.798)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	6.276	10.757
Outras variações monetárias, líquidas	55	431
Total	(2.605)	(8.964)

(1) Em 31 de dezembro de 2024 incluí o valor de atualização de depósitos judiciais R\$ 506 e R\$ 117 de outras receitas financeiras, em 31 de dezembro de 2023 incluí o valor de reversão da atualização de depósitos judiciais (R\$ 357) e R\$ 13 de outras receitas financeiras; (2) Inclui a parcela variável dos juros relacionado à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros); e amortização de custos de captação; (3) Em 31 de dezembro de 2024 incluí o valor de R\$ 535 de arrendamentos, e R\$ 229 de outros; em 31 de dezembro de 2023 incluí o valor de R\$ 59 de arrendamentos e R\$ 277 de outros.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconhecimento dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	21.159	61.482
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(7.194)	(20.904)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	2.469	8.979
Incentivos fiscais SUDENE	5.439	11.477
Amortização de AÚO	(4.227)	(3.523)
Outras adições (reversões)	(256)	386
Tributos sobre o lucro	(3.769)	(3.585)
Alíquota efetiva	17,81%	5,83%
Corrente	(7.586)	(5.417)
Diferido	3.817	1.832

7.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2024	2023
Mais-valia e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (MIMPL)	600	732

	2024	2023
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	6.328	5.251
Provisões ambientais	4.311	4.163
Direito de uso da concessão	1.872	2.074
Arrendamentos capitalizados	282	8
PLR	4.377	3.113
Depreciação acelerada	(5.024)	(5.263)
Valor justo de instrumentos financeiros	-	420
Provisões de Fornecedores	2.936	4.249
Ressarcimento do Risco Hidrológico (GSF)	(34.340)	(36.801)
Total	(18.658)	(22.054)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(22.054)	
Efeitos reconhecidos no resultado	3.817	(3.585)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	1.832	(1.531)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(18.658)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(22.555)	
Efeitos reconhecidos no resultado	1.832	(1.331)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(1.331)	(1.331)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(22.054)	

7.1.3 Tributos correntes ativos e passivos

	2024	2023
IRPJ	6.469	2.622
CSLL	607	526
Ativo	7.076	3.148
Circulante	6.553	2
Não circulante	523	3.146
IRPJ	21.935	20.484
CSLL	842	-
Passivo	22.777	20.484
Circulante	842	-
Não circulante	21.935	20.484

7.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui R\$ 21.935 e R\$ 20.484, respectivamente, reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas. Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui o montante de R\$ 78.610 e R\$ 72.771, respectivamente, referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário. As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como segue: (i) Processos administrativos e jurídicos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 33.436 (R\$ 31.332 em 31 de dezembro de 2023); e (ii) Não adição da despesa de amortização do ativo nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 44.707 (R\$ 41.252 em 31 de dezembro de 2023). **7.1.5 Benefício fiscal – Mais-Valia e MIMPL:** O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a MIMPL, cujos saldos são como segue:

	2024	2023



a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:

	2024	2023
Denominados em R\$	155.042	-
Indexados a taxas flutuantes	155.042	-
Denominados em US\$	-	123.370
Indexados a taxas fixas	-	123.370
155.042	123.370	
Custos de transação	(535)	-
154.507	123.370	
Passivo circulante	4.923	123.370
Passivo não circulante	149.584	-

Em 31 de dezembro de 2024, o custo médio da dívida por moeda é o seguinte:

	2024	2023
Custo médio em % CDI (1)	103,60%	99,10%
Custo médio em taxa pré	11,30%	13,00%
Saldo da dívida	154.507	123.370
Instrumentos financeiros derivativos	-	(20.669)
Dívida total líquida de derivativos	154.507	102.701

(1) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida: A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (2)	Total
2025	21.885	21.885	-
2026	-	25.996	25.996
2027	-	24.805	24.805
2028	-	24.166	24.166
2029	150.000	11.347	161.347
Total	150.000	108.199	258.199

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 4,25 anos em dezembro de 2023).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	123.370	132.954

Efeito no fluxo de caixa:

Captações (1)	150.000	-
Amortizações de principal (2)	(130.487)	-
Custo de captação	(627)	-
Pagamento de encargos de dívida	(10.496)	(3.847)

Efeito não caixa:

Encargos incorridos	15.077	3.897
Varição cambial	7.670	(9.634)
Saldo final do exercício	154.507	123.370

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia captou recursos via mercado de capitais através de 6ª emissão de debêntures, o valor total da emissão foi de R\$ 150.000, em série única. A emissão ocorreu em 18/03/2024 e terá sua liquidação no vencimento, 18/03/2029. (2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia liquidou a dívida em moeda estrangeira, o empréstimo possuía a modalidade Bullet, na qual, a totalidade do principal é liquidada no vencimento (15/05/2024).

d) Condições restritivas financeiras (Covenants): A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Abaixo seguem os principais parâmetros e a medição estimada geral:

	Limites contratual inferior (1)	Medição (2) em 31.12.2024	Medição (2) em 31.12.2023
Dívida líquida + EBITDA	≤ 4,0	3,39	3,11

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas com a composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas. (2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas na demonstração financeira consolidada da Neoenergia S.A. A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras. **e) Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos de transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. **13.3 Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia estava exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de risco a Companhia utilizava contratos de swaps, com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 18.7.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial:

	2024	2023
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap de moeda – US\$ vs R\$	-	20.669
Exposição líquida	-	20.669

A Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas (1)	-	20.669
20.669	20.669	

(1) O Derivativo contratado para proteção da dívida em moeda estrangeira, foi liquidado em 15/05/2024, acompanhando o movimento de encerramento do empréstimo (nota 18.2.c).

b) Reconciliação dos derivativos com os fluxos de caixa e outros resultados abrangentes

	2024	2023
Proteção de dívidas	20.669	20.635

Saldo inicial

Ganho (perda) reconhecido no resultado	5.022	(19.042)
Liquidação financeira entradas (saídas)	(26.928)	9.760
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	1.237	3.916

Saldo final

Resultado financeiro, líquido	5.022	(19.042)
--------------------------------------	--------------	-----------------

c) Política contábil: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são reconhecidas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge econômico*, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. Nas operações designadas como *hedge accounting*, a Companhia documenta no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizado/intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. **d) Estimativas e julgamentos críticos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas na nota 18.7.

14. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Em 28 de maio de 1999, a Companhia celebrou o contrato de concessão de geração, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Município de Itapebi, Estado da Bahia. Como retribuição pela outorga da concessão, a Companhia pagará à União, ao longo do prazo de vigência de 35 anos e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 477, do 6º ao 35º ano de concessão. O ativo intangível vem sendo amortizado de forma linear ao longo da vida útil econômica da concessão, enquanto o passivo atualizado ao valor presente, acrescido da taxa de desconto (02,17% a.a.) mais a inflação do exercício. A seguir apresentamos a mutação dos saldos:

	2024	2023
Saldos em 31 de dezembro de 2023	26.084	-
Atualização monetária	4.189	-
Pagamentos	(3.677)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	26.596	-
Circulante	3.404	-
Não circulante	23.192	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	27.530	-
Atualização monetária	2.330	-
Pagamentos	(3.726)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	26.084	-
Circulante	3.510	-
Não circulante	22.574	-

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2024	2023
Provisões para processos judiciais (nota 15.1)	10.280	8.793
Provisão para obrigações ambientais (nota 15.2)	24.175	30.090
Total	34.455	38.883
Circulante	9.733	-
Não circulante	24.722	38.883

15.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) **Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	479	8.314	-	8.793
Adições e reversões, líquido	14	787	-	801
Atualização monetária	116	570	-	686
Saldos em 31 de dezembro de 2024	609	9.671	-	10.280

(1) Os processos cíveis: A Companhia está no polo passivo de diversas ações cíveis referentes a ações indenizatórias movidas por moradores de Salto da Divisa – MG que alegam danos em seus imóveis após implantação da UHE Itapebi, com um total estimado de R\$ 193.525 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 10.690 em 31 de dezembro de 2023), com expectativa de perda possível. A variação é de-

	2024	2023
Processos cíveis (I)	194.902	112.029
Processos trabalhistas (II)	331	323
Processos fiscais (III)	8.620	7.982
Total	203.853	120.334

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (I) Processos cíveis: A Companhia está no polo passivo de diversas ações cíveis referentes a ações indenizatórias movidas por moradores de Salto da Divisa – MG que alegam danos em seus imóveis após implantação da UHE Itapebi, com um total estimado de R\$ 193.525 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 10.690 em 31 de dezembro de 2023), com expectativa de perda possível. A variação é de-

	2024	2023
Processos cíveis (I)	194.902	112.029
Processos trabalhistas (II)	331	323
Processos fiscais (III)	8.620	7.982
Total	203.853	120.334

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (I) Processos cíveis: A Companhia está no polo passivo de diversas ações cíveis referentes a ações indenizatórias movidas por moradores de Salto da Divisa – MG que alegam danos em seus imóveis após implantação da UHE Itapebi, com um total estimado de R\$ 193.525 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 10.690 em 31 de dezembro de 2023), com expectativa de perda possível. A variação é de-

	2024	2023
Processos cíveis (I)	194.902	112.029
Processos trabalhistas (II)	331	323
Processos fiscais (III)	8.620	7.982
Total	203.853	120.334

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (I) Processos cíveis: A Companhia está no polo passivo de diversas ações cíveis referentes a ações indenizatórias movidas por moradores de Salto da Divisa – MG que alegam danos em seus imóveis após implantação da UHE Itapebi, com um total estimado de R\$ 193.525 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 10.690 em 31 de dezembro de 2023), com expectativa de perda possível. A variação é de-

corrente da mudança da expectativa remota para possível de 15 ações indenizatórias movidas por moradores da região. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m. (ii) Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 331 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 323 em 31 de dezembro de 2023) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível. Os valores foram atualizados pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC, após o ajuizamento das ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58. Os valores foram atualizados pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC após ajuizamento das ações trabalhistas. (iii) Processos fiscais: A Companhia possui um total estimado em R\$ 8.620 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 7.982 em 31 de dezembro de 2023) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante destacamos: (i) falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio e (ii) ação anulatória de débito fiscal correspondente a multas isoladas em virtude de suposto não recolhimento mensal. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2024	2023
Processos cíveis	2.191	2.137
Processos trabalhistas	6.557	3.948
Total	8.748	6.085

15.2 Provisões ambientais: As provisões ambientais referem-se ao acordo firmado em 21 de novembro de 2002 entre a Companhia, o autor da ação popular impretada em setembro de 2002, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, visando definir a compensação adicional de impacto socioambientais decorrentes da implantação do empreendimento da Usina hidrelétrica Itapebi. As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

	2024	2023
Provisões Ambientais	30.090	-

Ajuste ao valor presente (I) Pagamentos/Indenizações

Atualização	2.779	(9.900)
24.175	28.126	

Ajuste ao valor presente Pagamentos/Indenizações

Atualização	7.225	(1.734)
18.73	18.73	

Saldos em 31 de dezembro de 2023

(I) Em 31 de dezembro de 2024, houve um incremento no fluxo de pagamento das condicionantes ambientais, desencadeado pela proliferação de macrófitas aquáticas nos reservatórios e da nova condicionante de processos erosivos, solicitada pelo IBAMA. Este fato culminou num ajuste a valor presente da Licença de Operação de R\$ 3.507. Adicionalmente, tivemos o ajuste a valor presente das provisões ambientais de casas rachadas e saneamento de Salto da Divisa – MG, no montante de R\$ 728. **15.3 Política contábil e julgamentos críticos:** a) Política contábil: As provisões são determinadas as principais premissas críticas utilizadas na mensuração das obrigações ambientais, nos como: (i) os métodos e soluções de engenharia ambiental, (ii) níveis de segurança, (iii) avanços nos estudos de geologia e novas informações de hidrologias, e (iv) atualização na taxa de desconto. Qualquer alteração dessas premissas pode afetar significativamente o valor do passivo reconhecido. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas. O valor da obrigação é descontado ao valor presente utilizando uma taxa real antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao cumprimento das condicionantes ambientais. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a taxa de desconto utilizada foi 9,19% e 5,29%, respectivamente.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 31 dezembro de 2023, o capital social é de R\$ 202.525, correspondente a 85.060.474 ações ordinárias escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal.

	ON	ON %	R\$
Neoenergia S.A.	85.060.474	100%	202.525
Total de ações	85.060.474	100%	202.525

Em 28 de fevereiro de 2023 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o cancelamento de 117.464.464 ações ordinárias decorrente da incorporação do acervo cindido com a Termoperambuco. **16.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas:** **a) Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ações estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	17.390	57.897
Média ponderada de número ações em circulação	85.060	104.638
Lucro líquido básico e diluído por ação	0,20	0,55

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), baseados nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	17.390	57.897
Reserva de incentivo fiscal	(5.439)	(11.477)
Lucro líquido ajustado	11.951	46.420
Lucro líquido a distribuir	11.951	46.420

17.3 Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 17.1 e 17.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/Passivo	Resultado do exercício	
a)	NC Energia S.A.	Contrato de compra e venda de energia de curto prazo		IPCA	1 ano	2024	18.608	200.562
b)	Subsidiárias da Neoenergia S.A.	Compartilhamento dos custos de pessoal		N/A	5 anos	2027	1.814	17.386
c)	Neoenergia S.A.	Fee de avaliação		IPCA	1 ano	2025	745	(1.462)
d)	Neoenergia Operação e Manutenção	Prestação de serviços de O&M		IPCA	5 anos	2026	(234)	(2.715)
e)	Iberdrola Energia S.A.	Direito de uso da marca	0,9% da ROL Ajustada		9 anos	2031	(1.316)	(1.316)

17.2 Transações com partes relacionadas:

	2024	2023		
Subsidiárias da Neoenergia Acionistas	Total	Subsidiárias da Neoenergia Acionistas	Total	
Ativo				
Contas a receber e outros (a)	18.608	- 18.608	19.942	- 19.942
Outros ativos (c)	-	745 745	-	418 418
18.608	745 19.353			



MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Paulo Werberich
Presidente

TITULARES

Juliano Pansanato de Souza Mariana Felix Vasconcellos de Andrade Leonardo Pimenta Gadelha

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo José Cavalcanti Lope
Diretor-Presidente

Renato de Almeida Rocha **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores** Rodolfo Fernandes da Rocha **Diretor de Planejamento e Controle**
Fabiano da Rosa Carvalho **Diretor de Regulação**

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

Rachel Alves Pascale
Contadora
CRC-RJ-Nº 115915/O-3
Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Itapebi Geração de Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Itapebi Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Itapebi Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita de fornecimento de energia:** Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia deriva, principalmente, do fornecimento de energia elétrica. A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Diretoria da Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos: (a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios da Companhia; e (b) que os valores da receita sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contrato. Devido aos assuntos anteriormente mencionados, à consideração como um risco significativo de auditoria e à relevância dos valores envolvidos, consideramos o reconhecimento da receita na venda de energia como um principal assunto de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento de receita na venda de energia; (iii) teste de transações sobre população com características de interesse relevante para fins de auditoria na receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (iv) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis contratuais do volume de energia entregue e do preço, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; e (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins das "IFRS Accounting Standards", foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a

esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Itapebi Geração de Energia S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2024, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., tomou conhecimento dos referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

José Paulo Werberich **Juliano Pansanato de Souza**
Mariana Felix Vasconcellos de Andrade **Leonardo Pimenta Gadelha**

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Itapebi Geração de Energia S.A.**, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 4º andar Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.397.080/0001-96, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as conclusões alcançadas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da Itapebi, alusivas ao exercício findo em 31.12.2024; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Itapebi, relativas ao exercício findo em 31.12.2024.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

Marcelo José Cavalcanti Lopes - **Diretor-Presidente**
Renato de Almeida Rocha - **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**
Rodolfo Fernandes da Rocha - **Diretor de Planejamento e Controle**
Fabiano da Rosa - **Diretor de Regulação**

